

Uma análise da capacitação de professores da Educação do Campo em Roraima**An analysis of the training of rural education teachers in Roraima**

DOI:10.34117/bjdv6n7-316

Recebimento dos originais: 03/06/2020

Aceitação para publicação: 14/07/2020

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) em colaboração com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)

Professora de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Novo Paraíso

Membro do Grupo de Pesquisa: Formação de professores, práticas pedagógicas e epistemologias do professor do/no campo (FPEC).

Endereço: Rua Galo de Campina, 1053, Park Amazônia, Rorainópolis – RR, CEP. 69.373-000.

E-mail: vanessa.vale@ifrr.edu.br

Sâmella Kalyne Araújo Feitoza

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) em colaboração com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)

Professora da Secretaria de Educação do Estado de Roraima

Membro Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Interculturalidade e Emancipação humana (GEEINEH). Bolsista do programa de Bolsas da CAPES - Demanda Social

Endereço: Rua Jericó, nº 634, bairro Canaã, Boa Vista – Roraima, CEP. 69.314-408.

E-mail: samella_feitosa@hotmail.com

Sérgio Luiz Lopes

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Professor da Universidade Federal de Roraima, do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e do Mestrado Acadêmico em Educação da UFRR.

Coordenador do Grupo de Pesquisa: Formação de professores, práticas pedagógicas e epistemologias do professor do/no campo (FPEC).

Endereço: Rua Raimundo Filgueira, 742, Buritis, Boa Vista - RR – CEP. 69.309-221.

E-mail: sergio.luiz@ufr.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar os cursos disponíveis para a formação de professores da Educação do Campo em Roraima. Foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, de cunho bibliográfico e documental. Esta pesquisa aponta que o estado de Roraima ainda necessita de políticas públicas interinstitucional consolidadas voltadas à formação específica para atender aos professores que atuam na Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Formação de professores, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The aim of this paper is to identify the courses available for the training of rural education teachers in Roraima. An exploratory and descriptive research was carried out, with a bibliographic and

documentary nature. This research points out that the state of Roraima still needs consolidated interinstitutional public policies focused on specific training to serve teachers working in rural education.

Keywords: Field Education, Teacher training, Public policy.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo¹ tem como público-alvo pescadores, camponeses, pequenos agricultores, quilombolas, assentados e reassentados, ribeirinhos, populações indígenas, povos das florestas, dentre outros. Tal Educação visa valorizar os sujeitos que vivem no campo a partir de uma educação de boa qualidade e adequada ao contexto no qual estão inseridos esses indivíduos.

A Educação do Campo nasceu de um longo processo de lutas dos sujeitos do campo e dos movimentos sociais, em especial o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tais lutas intensificaram-se ainda na década de 1990, momento em que a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, foi uma grande aliada para despertar mudanças na educação brasileira, uma vez que, a partir de então, aquela passou a sofrer pressões internacionais.

Posto isso, os sujeitos do campo se organizaram e iniciaram o movimento chamado “Por uma Educação do Campo”, como parte de um processo de lutas e resistência com a intenção de reivindicar políticas públicas específicas para a população camponesa. A luta culminou com a elaboração, em 2001, do Parecer CNE/CEB nº 36/2001, que serviu de embasamento teórico para a aprovação da Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reconhecendo e legitimando institucionalmente a Educação do Campo.

O Estado de Roraima, localizado no extremo Norte do país, possui algumas peculiaridades que demandam atenção no que concerne à Educação do Campo, suas escolas e o processo de formação de professores.

Assim, conforme o Censo Escolar de 2018, das 839 (oitocentas e trinta e nove) escolas, das redes federal, estadual, municipal e privada, apenas 283 (duzentas e oitenta e três) instituições de ensino, isto é, 34%, estão localizadas em área urbana e 556 (quinhentos e cinquenta e seis), (66%) em área rural, ou seja, o estado possui mais unidades de ensino em área rural do que em área urbana.

¹ A Educação do Campo, abordada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Cf. LOPES, 2015). É importante salientar que “A palavra *campo* na Educação do Campo não significa o perfil do solo em que o agricultor trabalha, mas o projeto histórico de sociedade e educação que vem sendo forjado nos e pelos movimentos camponeses. (MOLINA; JESUS, 2004, p. 23).

Como a maioria da população reside nas áreas urbanas, os da área rural representam 38.653 (trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três) matrículas e na zona urbana esse número é de 118.202 (cento e dezoito mil e duzentos e dois). Do total de 556 (quinhentos e cinquenta e seis) escolas localizadas na zona rural, 383 (trezentos e oitenta e três) são indígenas, representando 68,9% do total de escolas rurais.

No Censo Escolar do ano 2017, quanto ao número de professores que possuem curso superior da área urbana e da área rural no referido Estado, constatou-se que, em números percentuais, na educação infantil há 75,6% de professores com formação de curso em nível superior na área urbana e 43,4% na área rural; no ensino fundamental há 84,7% na área urbana e 41,8% na área rural, e no ensino médio há 93,2% na área urbana e 52,1% na área rural. Esses números demonstram a necessidade de investimento em políticas públicas a fim de corrigir tais disparidades. Nesse sentido, o problema a ser respondido pela presente pesquisa é: Quais cursos ofertados atualmente contemplam a formação de professores para a Educação do Campo em Roraima?

O objetivo geral da presente pesquisa é identificar quais cursos atualmente estão disponíveis para a formação de professores da Educação do Campo no estado de Roraima. Para alcançar o objetivo aqui proposto foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva; quanto à coleta de dados, caracterizando-se como bibliográfica e documental, recorrendo-se à abordagem de análise qualitativa.

A pesquisa está fundamentada nas legislações educacionais vigentes e em Caldart (2001; 2004; 2012), Freire (1987), Saviani (2011) *et al.* que tratam do objeto em estudo. Caldart considera que a formação de docentes para atuar no campo deve ser multidisciplinar, de forma a contribuir para a construção da identidade dos sujeitos do campo.

Pretendemos, com este estudo, conhecer os cursos de capacitação e qualificação desenvolvidos para a formação de professores que atuam ou irão atuar nas escolas do campo, pois entendemos que esses cursos têm um papel muito importante quando se propõem a uma formação crítica da realidade.

2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Quando abordamos sobre a formação de professores², temos que considerar aqueles que estão no campo e que precisam de qualificação e aperfeiçoamento, formação continuada, e também

² Ver acerca do assunto em Arroyo (1999, 2004, 2011).

aqueles que possuem um curso de licenciatura, mas ainda não tiveram a oportunidade de conhecer os paradigmas que envolvem a Educação do Campo.

É importante salientar que;

[...] a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele. (CALDART, 2004, p. 18)

Nesse sentido, precisamos defender as concepções filosóficas e epistemológicas da Educação do Campo que respeitem seus sujeitos, que permitam àqueles conhecer e preservar suas histórias de maneira institucionalizada, por meio de um currículo escolar que articule os saberes científicos com os saberes culturais, respeitando a diversidade do campo.

A Educação do Campo deve ser pensada e construída para e com os camponeses, e, não consistir apenas em um transplante urbano-técnico-científico-reprodutivista e ruralista; deve estar embasada em um paradigma contra-hegemônico, de caráter emancipador.

Com base em Torres Carrilo (2013), para sua concretização, é necessário o desenvolvimento de uma dimensão gnosiológica (interpretação crítica da realidade), uma dimensão política (opção frente a realidade) e uma dimensão prática (orienta as ações individuais e coletivas para transformar a realidade).

Historicamente, a formação docente, desde as escolas do século XIX, formam professores sob uma perspectiva tradicional, com ensino alheio à realidade, como assinala Romanelli (2006) em seus estudos. Porém, com as lutas e mobilizações nas universidades em parceria com os trabalhadores, a formação dos professores camponeses não deve abrir mão de formar professores preparados para o grande desafio que é o ensino no campo, dotados de competências e habilidades voltadas para a superação da exploração do homem.

Dessa forma, é necessário que a capacitação e qualificação de professores para atuar na Educação do Campo ocorra a partir da colaboração entre as instituições formadoras, conforme defendido por Saviani (2011). Esse sistema de colaboração, para além de preencher os vazios da presença estatal no campo, deve construir políticas públicas condizentes com a realidade dos sujeitos do campo, já que estamos nos referindo a políticas que respeitem a realidade dos indivíduos e a diversidade cultural, a partir de um diálogo permanente entre os diversos atores institucionais, pesquisadores do campo e sociedade civil organizada, obedecendo os limites de atuação, onde cada entidade deverá interferir e construir políticas sociais dentro de sua área de abrangência e atuação.

Durante o século XIX nasceram as políticas sociais como forma de reconhecer e minimizar os efeitos desumanos fomentados pelas políticas econômicas, neste caso como aponta Paludo (2013, p. 70): “são o reconhecimento do caráter antissocial das políticas econômicas”, representando a “contradição do mundo capitalista”, uma vez que a “função do Estado é garantir o domínio de classe”.

Do mesmo modo, Ciavatta (2002, p. 101), informa que “as políticas públicas têm a função de compensar os efeitos perversos da economia” de articulação entre o Estado e o mercado, com princípios neoliberais que se desenvolveram essencialmente a partir da década de 1990 do século XX. Com isso, as políticas públicas organizadas em virtude das implicações do neoliberalismo³ induziram a adoção de princípios identificados com seus propósitos, e cada vez mais se fazem presentes em ações no âmbito da educação para os povos do campo.

Nesse sentido, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas por meio da Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002, prevê em seu Art. 2º, a adequação do projeto institucional das escolas do campo às “[...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal” (BRASIL, 2002), por meio do conjunto de princípios e procedimentos.

Tal resolução legitima a identidade das escolas campesinas ao levar em consideração sua realidade, a memória coletiva, os saberes disponíveis na sociedade e nos movimentos sociais dos povos do campo, e, ainda, apoia-se nos paradigmas da justiça social, da solidariedade e do diálogo, seja no campo ou na área urbana, e imprime uma responsabilidade do poder público, a saber, garantir a universalização do acesso dos sujeitos do campo à educação básica e profissional.

É importante salientar que as propostas pedagógicas das escolas do campo devem contemplar a diversidade do campo nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, conforme estabelecido no artigo 5º da referida resolução.

No tocante à formação de professores, a Resolução CNE/CEB nº 01/2002 apresenta a seguinte proposta:

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:
I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;
II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de

³ Ver mais em Gentili (1996).

vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2002, p. 3)

Desta maneira, a Educação do Campo deve respeitar também os seguintes princípios: a diversidade, o protagonismo dos sujeitos do campo, a diversidade cultural, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico, a ética, por meio de uma convivência solidária e colaborativa, tornando-se em um diferencial para a formação dos professores que compõem as escolas do campo.

Acrescenta-se que a Educação do Campo tem como base a valorização das culturas populares, que por muitas vezes são ocultadas pela cultura dominante. Isso perpassa áreas diversas, onde existem práticas milenares de costumes que são reinventadas como forma de sobrevivência e resistência às culturas hegemônicas.

A formação de professores na contemporaneidade deve se enveredar por princípios como: ter a prática como referencial da ação docente; preparar o professor para a atualidade; estar integrada ao desenvolvimento escolar; e, por fim, situar-se no contexto histórico (VEIGA; VIANA, 2010). Dessa maneira, o processo de formação do professor possibilita que a prática educativa seja um processo móvel de ação-reflexão-ação (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, a ação-reflexão-ação de Freire estaria voltada para a educação da participação do sujeito histórico visando à transformação da realidade na qual está inserido, aproveitando todos os seus saberes, conhecimentos, práticas, ações e sua relação com a terra. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 38). Em uma formação sob a perspectiva freiriana (1987), ação e mundo, mundo e ação estão intimamente ligados.

A diversidade encontrada na área da educação é grande, e por isso, não podemos determinar que o curso de licenciatura de tal instituição deva formar para a cidade ou para o campo, para a escola pública ou particular. Assim sendo, partimos do pressuposto que se faz necessário, além de propor cursos de formação inicial e continuada específicos para a formação de professores que atuarão nas escolas campesinas, repensar a matriz curricular dos cursos de licenciatura, principalmente em Roraima, devido ao grande número de escolas nas áreas do campo.

Durante o processo de formação de futuros professores, deve-se sempre considerar a amplitude de atuação, bem como a diversidade dos mais variados aspectos presente nas escolas de nosso país. Portanto, ressaltamos a necessidade de fazer chegar ao conhecimento das autoridades educacionais as peculiaridades dos povos do campo e sua necessidade de inclusão nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura, de modo a ultrapassar, conseqüentemente, a formação urbanocêntrica.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No estado de Roraima é possível encontrar uma diversidade de cursos de licenciatura, mas essa formação pouco aborda a respeito das peculiaridades dos sujeitos do campo, e sobre os paradigmas que envolvem a educação campesina.

Assim a Universidade Estadual de Roraima (UERR) possui os seguintes cursos de licenciatura: Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química. No entanto, somente o Curso de Pedagogia possui um componente curricular voltado para as especificidades da Educação do Campo, que é a disciplina Fundamentos da Educação do Campo, ofertada no oitavo semestre do curso.

A UERR não oferta qualquer outro tipo de curso de formação inicial e continuada que atenda aos professores do campo. Vale ressaltar que no Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, ofertado pela mesma Instituição, uma das duas linhas de pesquisa é voltada para Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade, tendo em sua matriz curricular a disciplina Educação do Campo e Interculturalidade.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) possui os seguintes cursos de licenciatura: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Letras – Português e Espanhol, Letras – Português e Francês, Letras – Português e Inglês, Letras – Português, Informática (EaD), Matemática (EaD e presencial), Música, Pedagogia, Química, Licenciatura Intercultural (exclusivo para os povos indígenas) e Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR).

Atualmente, a Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), oferta dois cursos um com ênfase em Ciências Humanas e Sociais e outro em Ciências da Natureza e Matemática⁴. Os cursos são voltados para a formação de professores atuantes na educação básica (séries finais do ensino fundamental e ensino médio) e no estado de Roraima acontecem em regime de alternância.

A oferta das vagas é exclusiva aos candidatos que comprovem trabalhar ou residir no campo, tanto que para participar do processo de seleção dos cursos é necessário ter concluído o ensino médio e atender a, ao menos, um dos seguintes requisitos:

- a) Ser professor que atua em escola do campo;
- b) Participar de ações educativas nas diversas organizações, movimentos sociais e rurais;
- c) Atuar como educador ou coordenador de escolarização básica em comunidades rurais;
- d) Ser empregado rural ou seu dependente;

⁴ Há, aproximadamente, 100 alunos matriculados; são moradores dos diversos municípios do Estado de Roraima.

- e) Ser agricultor familiar ou dependente de família que realize essa forma de produção;
- f) Ser acampado ou assentado da Reforma Agrária ou dependente desses;
- g) Ser quilombola, pescador artesanal, indígena ou dependente de um desses.

Além disso a Universidade Federal de Roraima possui o Instituto Insikiran, que oferta cursos específicos para a formação profissional e continuada de indígenas. Atualmente o Instituto oferece três cursos distintos: Gestão em Saúde Coletiva, Gestão Territorial e Licenciatura Intercultural.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) possui os seguintes cursos de Licenciatura: Ciências Biológicas, Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Matemática e Educação Física, todos ofertados pelo *Campus Boa Vista*, contudo, atualmente não oferta nenhum curso de formação inicial e/ou continuada específica para a formação de professores do campo.

A Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR), dentre os diversos cursos, oferece atualmente para a formação de professores do campo somente o curso de Pós-Graduação (*latu sensu*), em Educação do Campo, realizada na modalidade de educação à distância e em cooperação com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), formação essa, específica para o município do Cantá-RR.

O Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFRR), instituição responsável pela formação de todos os professores da rede estadual, tem atendido à formação de professor do campo esporadicamente. No entanto, no ano de 2018 não ofertou nenhum tipo de formação para o atendimento dessa parcela de professores, a não ser a formação de professores indígenas para atuarem em suas comunidades.

Contudo, não percebemos uma articulação entre as instituições de ensino do estado com a finalidade de formulação e fortalecimento de políticas públicas consistentes para atender, de maneira institucionalizada, a formação dos professores que compõem as escolas do campo em Roraima.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar que o Estado de Roraima ainda não possui políticas públicas consolidadas quanto à formação ou capacitação específica para atender aos professores da Educação do Campo.

É importante frisar que não existe uma clareza política de nossas instituições quando se trata de formação docente para os sujeitos do campo. Possivelmente, isso seja decorrência do processo histórico que sempre pensou numa formação homogênea, sem se ocupar em discutir as especificidades e diferenças entre os diversos sujeitos das várias regiões do Estado.

Somente os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFRR, com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática e em Ciências Humanas e Sociais, e o Curso de Especialização em Educação do Campo da UNIVIR em parceria com o IFAM foram organizados com a finalidade de atender as especificidades dessa população, dentro da proposta de educação campesina construída pelos sujeitos do campo e educadores envolvidos nesse processo, o que ainda se apresenta como propostas isoladas de formação docente, indicando assim a falta de apropriação por parte da instituições formadoras do estado para fomentar políticas públicas que se mostrem eficientes para garantir uma formação adequada aos sujeitos do campo.

Desse modo, não existe uma mágica para transformar o trabalho do ensino e todas as mudanças que precisamos para a formação docente, visto que ainda há uma gama de interferências (sociais, políticas e econômicas) imbricadas nesse processo. No fundo, as mudanças perpassam por uma série de alterações políticas, de caráter ético, moral e econômico, segundo as finalidades do homem atual, que vislumbra formar o docente para atender ao homem do campo. Sendo assim, é imprescindível fortalecer os cursos de licenciaturas e, em especial, os que trabalham com a Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. (Orgs.). 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G. e FERNANDES, B. M. (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 2. 1999, p. 8-26.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**. 13/3/2002, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. **Cursos de Graduação**. Disponível em: <<http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº 35/2017 - Processo seletivo simplificado para acesso aos cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade de educação a distância**. Disponível em <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/copy_of_EditalN35.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2017. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <https://goo.gl/7ehkAV>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

BRASIL. Universidade Federal de Roraima. **Cursos de Graduação em Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo**. Disponível em: http://www.proeg.ufr.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=11. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

BRASIL. Universidade Federal de Roraima. **Editais de seleção para os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR)**. Disponível em: http://ufr.br/leducarr/index.php?option=com_content&view=article&id=176:vestibular-leducarr-edital-n-030-2017-cpv&catid=18:noticias&Itemid=102. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

BRASIL. Universidade Federal de Roraima. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Disponível em: http://ufr.br/leducarr/index.php?option=com_content&view=article&id=239&Itemid=231. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

CALDART, Roseli Salette *et al.* **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão popular, 2012.

CALDART, Roseli Salette. Elementos para a construção do projeto político-pedagógico da educação do campo. In: JESUS, S. M. S. A.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo**. Brasília/DF: Universidade de Brasília. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5. 2004, p. 13-52.

CALDART, Roseli Salette. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. São Paulo: Estudos Avançados, 2001.

Clavatta, Maria. A construção da democracia pós ditadura militar – Políticas e Planos Educacionais no Brasil. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 87-104.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Gentili, Pablo Antonio Amadeo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

LOPES, Sérgio Luiz. Os desafios do professor do campo na contemporaneidade. In: LOPES, S. L. (Org.). **Práticas Educativas na Educação do Campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. Capítulo I, p. 25–48.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meira Santos Azevedo de. (Orgs.). **Por Uma Educação Básica do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Vol. 5. Brasília, DF: Editora UnB, 2004.

PALUDO, Conceição. Educação popular e educação do campo: nexos e relações. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa. (Orgs.). **Educação popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 64-76.

- ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- RORAIMA. Universidade Estadual de Roraima. **Cursos de Graduação**. Disponível em: <<https://www.uerr.edu.br/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.
- RORAIMA. Universidade Estadual de Roraima. **Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Disponível em: <[https://www.uerr.edu.br/ppge/wp-content/uploads/2017/04/Projeto de Mestrado Educacao correto.pdf](https://www.uerr.edu.br/ppge/wp-content/uploads/2017/04/Projeto_de_Mestrado_Educacao_correto.pdf)> Acesso em: 24 de outubro de 2018.
- SAVIANI, Demerval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, GO, v. 9, n. 1, p. 07-19, jan./jun. 2011.
- TORRES CARRILO, Affonso. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa. (Orgs.). **Educação Popular: Lugar de construção coletiva**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2013.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá. Formação de professores: um campo de possibilidades inovadoras. In: SILVA, Edileuza Fernandes da; VIANA, Ilma Passos Alencastro (Orgs.). **A escola mudou. Que mude a formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2010.